



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**INSTITUTO HUMANIDADES E LETRAS
CURSO: BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANASTÁCIA ANTÓNIO NOLA

**A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSÓFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB) CAMPUS CEARÁ (2013-2017)**

REDENÇÃO- CE

2018

ANASTÁCIA ANTÓNIO NOLA

A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSÓFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB) CAMPUS CEARÁ (2013-2017)

Projeto apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Humanidades na Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro
(UNILAB).

Orientadora: Prof.^a Dra. Artemisa Odila Cande
Monteiro

REDENÇÃO/CE

2018

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
1.1	Problematização	4
2	DELIMITAÇÃO DO TEMA	5
3	OBJETIVOS.....	6
3.1.	Objetivo Geral	6
3.2.	Objetivos Específicos	6
4	JUSTIFICATIVA.....	6
5	HIPÓTESE	8
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
6.1	O contexto da mulher negra no mercado do trabalho.....	9
6.2	Dupla discriminação: racismo e gênero no mercado de trabalho	12
6.3	As trajetórias de vida das mulheres negras no mercado de trabalho	16
7	METODOLOGIA	17
8	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa, intitulado Inserção da mulher negra no mercado do trabalho: o caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Campus Ceará (2013-2017), visa analisar como se dá o processo da inserção da mulher negra na UNILAB – como funcionária ou servidora – e as funções desempenhada por ela.

Desde época escravista, foi implantado o discurso de superioridade das raças entre os indivíduos. Isso propiciou as desigualdades sociais, sobrepujando a população negra, especialmente a feminina. É nesse período que se assentou a discriminação contra as mulheres negras, dando ênfase concomitantemente à “raça” e ao gênero. De acordo com Miranda (2015, p. 18), “o racismo foi à ideologia [sic] que sustentou o sistema escravista. Nesse período, o tipo de racismo em voga era o racismo científico, que defendia que os negros tinham uma raça biologicamente inferior à dos brancos [sic]”. Cabe salientar ainda que as mulheres negras tiveram um papel muito importante na participação nas lutas, sobretudo em diversas ações de resistência à escravidão, em confronto entre senhores e escravos, e no enfrentamento às desigualdades racial e social.

O presente trabalho pressupõe que a maioria dos casos de discriminação no mercado do trabalho acontecem com a mulher negra, seja nas desigualdades em cargos exercidos, diferenças salariais, ou mesmo, em subempregos. Ele se apoia, assim, no estudo do Observatório Social (2004, p. 5), intitulado *A mulher no mercado de trabalho: no Brasil, mulheres são discriminadas, ganham menos e perdem emprego mais facilmente*, realizado em multinacionais no qual

[a]s pesquisas apontam, em geral, mulheres com salários mais baixos, pouco ou nada presentes nos cargos de chefia e mais sujeitas a demissões. Um quadro que já contém exceções e onde, a depender da disposição e organização, homens e mulheres terão, sim, tratamento igual com respeito às diferenças.

Pressupomos aqui, também, que essa prática discriminatória sofrida pela mulher negra no mercado, assim como na sociedade de modo geral, forja muitas das vezes nestas mulheres sentimentos de medo de procurar empregos e culpa por serem negras.

O que chamou nossa atenção pela temática diz respeito às experiências pessoais e coletivas adquiridas na própria Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Ceará (UNILAB-CE), onde estudamos, e pelos relatos de pessoas com as quais trocamos informações e impressões sobre a pouca presença de mulheres negras no desempenho de funções profissionais na universidade. Isso nos motivou a investigar a inserção da mulher negra como forma de compreender esta realidade social.

Assim sendo, a pesquisa será realizada na UNILAB-CE, considerando o período entre os anos de 2013 e 2017, com as mulheres negras, sejam elas professoras, técnicas, servidoras terceirizadas e trabalhadoras no setor de serviços gerais. Tendo em conta a natureza da pesquisa, utilizaremos como o método a pesquisa qualitativa com inspirações etnográficas para melhor compreensão das trajetórias dessas mulheres. Faremos também leituras prévias de materiais bibliográficos de alguns teóricos que já abordaram essa temática. Assuntos mais pontuais, serão tratados utilizando a técnica de entrevista semiestruturada.

Entendemos que este trabalho é de suma importância, porque está abordando um assunto que deve ser cada vez mais analisado por pesquisadores nas Ciências Humanas e Sociais. A pesquisa contribuirá fortemente na formação acadêmica, especialmente de mulheres negras, e como suporte para estudos de futuros acadêmicos. Além disso, estando a comunidade acadêmica em forte articulação com a realidade dos municípios onde está inserida a UNILAB-CE, este estudo trará conhecimentos sobre desigualdade social e racial e poderá ajudar na diminuição de preconceito e discriminação contra as mulheres negras tanto dentro de instituição como fora de academia.

1.1 Problematização

Perante esta situação que descrevemos acima, o desejo de descobrir como é a inserção da mulher negra no mercado do trabalho brasileiro no caso da UNILAB, partindo dos pressupostos apontados e dos demais que poderão aparecer ao longo da investigação, levantamos algumas indagações para a nossa pesquisa. São eles: a) Quais os motivos da pouca presença de mulheres negras nos diferentes setores da UNILAB-CE, especialmente nos cargos de maior destaque social?; b) No setor do trabalho, quais as funções que elas desempenham?; c) Como são suas trajetórias e desafios na UNILAB-CE?; d) Que tipo de discriminação que elas enfrentam no ambiente do trabalho?; e) Quais são as políticas desenvolvidas pela própria universidade para enfrentar este fenômeno?

Ainda com o objetivo de saber se essas mulheres sofrem a consequência do racismo e da discriminação pelos outros no serviço (mulheres brancas, homens brancos e negros), quais os desafios que perpassam o dia a dia delas no trabalho? Percebe-se que as mulheres independentemente de serem negras ou não negras sofrem discriminação por parte dos homens. Diante dessa situação, com interesse de saber que tipo da discriminação que as mulheres negras enfrentam, as perguntas elencadas podem nos levar a alcançar possíveis

respostas. Respostas a universidade precisa conhecer, a fim de ter subsídios para enfrentar quaisquer práticas discriminatórias.

Considerando os fatos expostos e fazendo uma ligação com o contexto universitário na UNILAB-CE, percebe-se que as presenças das mulheres negras nos cargos de maiores poder, destaque e salário são poucas. Referimos isso porque, nas palestras que presenciamos na universidade, debates feitos com professores e estudantes e pelos relatos de algumas pessoas que trocamos impressões a respeito do nosso tema da pesquisa, demonstram que já aconteceram muitas diferenças, desigualdades contra mulheres negras dentro da universidade.

No Brasil, o racismo ainda continua a crescer. As mulheres negras continuam sendo vítimas de desigualdade e discriminação. O movimento negro lutou muito para conquistar igualdade e para combater o racismo, que hoje ainda é a razão das suas resistências e que pelo visto isso está longe de se concretizar. Ainda existem muitas práticas racistas contra a população negra e é notável que a maioria delas atingem especialmente as mulheres negras, que sofrem consequência de uma dupla discriminação: o racismo, porque são negras e o machismo, por serem mulheres.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A pesquisa será desenvolvida na UNILAB-CE, com recorte cronológico de 2013 a 2017, com trabalhadoras negras, dentre elas: professoras, servidoras terceirizadas, técnicas administrativas e pessoas do setor de serviços gerais. Ela tem como objetivo geral compreender como se dá o processo da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, no que se refere à relação racial e como elas se percebem enquanto negras.

A escolha das mulheres negras provém das reflexões feitas sobre a presença delas majoritariamente em posições hierárquicas de pouco destaque no mercado do trabalho na universidade. Como foi dito, a pesquisa será delimitada entre 2013 e 2017. O ano de 2013 foi escolhido como ponto de partida porque foi um período marcado pelo número expressivo de editais de concurso lançados e que percebemos também aumento no número de mulheres negras inseridas na UNILAB-CE. Dessa maneira, pode-se dizer que anteriormente a inserção das negras não era vista como hoje.

Neste caso, justificando o intervalo de tempo escolhido, percebe-se que a inserção das mulheres negras está ainda muito a desejar. Porque, se observarmos bem, este recorte até

no ano 2017 ainda mostra que a presença das mesmas como trabalhadoras na UNILAB-CE é minoritária e nosso pressuposto é de que isso é devido à desigualdade social e racial.

3 OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Analisar como se dá o processo da inserção da mulher negra no mercado de trabalho no caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Campus Ceará (UNILAB-CE).

3.2. Objetivos Específicos

- Compreender como as questões raciais percebidas pelos sujeitos da pesquisa dando enfoque à inserção de mulheres negras e suas relações de sociabilidade no ambiente trabalho.
- Verificar as funções que as mulheres negras ocupam e desempenham na UNILAB-CE e o salário que recebem.
- Descrever as trajetórias das mulheres negras UNILAB-CE e os desafios enfrentados em seu cotidiano.

4 JUSTIFICATIVA

A proposta deste projeto de pesquisa visa compreender a inserção da mulher negra no mercado de trabalho no caso da UNILAB-CE. A escolha dessa temática se justifica através de profundas reflexões feitas sobre a nossa própria experiência ao ver poucas mulheres negras desempenharem funções de destaque dentro da instituição universitária e também nos debates realizados na universidade. Interessa-nos, também, compreender como elas são vistas no mercado de trabalho perante os outros segmentos sociais, tendo em vista a discriminação racial e social que permeia a sociedade brasileira.

Também é do interesse dessa pesquisa analisar como acontecem as relações raciais no ambiente de trabalho e os desafios enfrentados por trabalhadoras negras. Pode-se dizer que o Brasil é um país marcadamente pela mestiçagem composta pelos vários povos, através de uma história que marcou o mundo durante muitos séculos que é o processo escravocrata.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, justificando este trabalho na base de algumas narrativas prévias, percebe-se que debates e discussões feitos dentro e fora da universidade sobre a negação de discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho. Pode-se dizer que o rescaldo deixado pelo os colonizadores europeus ainda assombram sobremaneira o século XXI. Sabe-se que, no fim do século XIX, desenvolveu-se um processo de branqueamento quando a elite política brasileira teria sentido a necessidade de branquear a população brasileira. Neste caso, como afirma Bento (2002, p. 1), “no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais”.

Agora, em pleno século XXI, ainda é bem notável, como herança social daquele processo de branqueamento, a prática de discriminação entre os indivíduos na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho. Sendo assim, achamos pertinente, atual e interessante analisar essas questões na UNILAB. Dessa forma, acreditamos que o trabalho sobre as mulheres negras trabalhadora da UNILAB-CE pode ajudar no enfretamento do racismo e machismo em uma instituição que fora criada sob ideais de integração.

Nessa ordem de ideia, o trabalho servirá como forma de diminuição das desigualdades e como base da luta sociais das mulheres negras inseridas na universidade, sobretudo no sentido de diminuir o racismo e machismo que enfrentam quase todos os dias dentro e fora da UNILAB-CE. Pretendemos também que esse trabalho contribua para a visibilidade da presença das trabalhadoras negras que ocupam (ou possam ocupar) os altos cargos institucionais.

Além disso, se pararmos para pensar na universidade – que tem como diretrizes básicas uma proposta de internacionalização na perspectiva sul-sul – apresentar baixo índice de participação das mulheres negras em cargos importantes para a instituição é um caso que merece estudo. Em panorama ideal, as mulheres negras deveriam ser vistas em pró-reitorias, diretorias e em outros nos lugares decisórios e privilegiados. É pensando nessa luta que se deve continuar para dar visibilidade à presença das mesmas na sociedade em geral, sobretudo no mercado de trabalho.

Assim verifica-se a importância de ações sociais que insiram as mulheres negras no mercado do trabalho, revertendo a situação das desigualdades raciais e sociais vivenciadas com as mesmas. Por outro lado, o estudo das desigualdades raciais e sociais permite a compreensão aprofundada das múltiplas problemáticas sociais existentes nesse cotidiano.

Este trabalho contribuirá na participação massiva das mulheres negras na ocupação de altos cargos nas instituições públicas (e, porque não, privadas), e de lutar contra o racismo e outros preconceitos na sociedade e no mercado de trabalho. Por outro lado, o trabalho ajudará na diminuição das desigualdades racial e social, devido a novos debates e discussão que a sociedade coloca em destaque que contribui na desconstrução da realidade vigente.

Pensado no interesse da pesquisa e o que chamou a nossa atenção, pode-se perceber que existem motivos muitos fortes para investigar e discutir essa temática na universidade como forma de dar conhecimento aos leitores/leitoras a respeito da inserção das mulheres negras trabalhadoras perante a prática das desigualdades que está presente no mercado de trabalho brasileiro, em geral, e, em particular, no universitário.

5 HIPÓTESE

H¹-A nossa principal hipótese é a de que existem desigualdades na UNILAB. Pressupomos que – entre as trabalhadoras negras, as trabalhadoras brancas, os trabalhadores negros e os trabalhadores brancos – a mulher negra é a parcela mais afetada pela desigualdade, tendo em vista ser uma parcela muito pequena em cargos de poder, de decisão e de destaque dentro da universidade.

H²- Acreditamos que essas mulheres são vítimas da discriminação racial e de gênero perante os outros por serem mulheres e negras.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o êxito, o trabalho foi embasado nos seguintes referenciais teóricos: SANTOS et al. 2017; CARDOSO, 2014; CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 1984; CANDÉ MONTEIRO, 2013; WERNECK et al. 2006; DAVIS, 2013; FERNANDES, 2007; CERQUEIRA, 2012; RATTS, 2006. Eles analisam e discutem sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho e o movimento negro a partir da prática do racismo e das desigualdades sociais, sendo de grande relevância para aprofundar a nossa pesquisa.

A nossa pesquisa será desenvolvida em torno de três discussões que analiticamente se correlacionam: o contexto da mulher negra no mercado do trabalho; a dupla discriminação, racismo e questões de gênero no mercado de trabalho; e as trajetórias da vida de mulheres negras no mercado trabalho.

6.1 O contexto da mulher negra no mercado do trabalho

É importante contextualizar a posição que as mulheres negras se encontram no mercado de trabalho na sociedade brasileira, com intuito de compreender situação onde elas estão inseridas. Diante disso, segundo Santos et al. (2017, p. 03) apontam que:

Para entendermos essas relações referentes ao capital versus trabalho e o papel da mulher nesse processo, precisamos contextualizar a mulher na história do trabalho. Iniciando pela idade média onde o papel social da mulher era direcionado ao lar, na perspectiva da constituição de uma família, tendo em vista que essa mulher era discriminada e sujeita aos mandos do seu marido que se considerava seu dono. Percebe-se nessa relação que a mulher é tida como objeto, tanto mulheres negras como as brancas a diferença é que as mulheres brancas eram destinadas ao matrimônio e as mulheres negras eram utilizadas como amas de leite, para satisfação sexual, e realizavam os trabalhos domésticos, revelando a exploração e opressão do corpo e mente dessas mulheres.

Diante disso as contribuições dos autores anteriormente citados foram importantes para refletir acerca das mulheres negras. Segundo Gonzales (1984 *apud* Cardoso, 2014, p. 975), “para analisar as representações das mulheres negras costumeiramente veiculadas na sociedade, a partir de três noções, todas as atribuições de um mesmo sujeito: a mulata, a doméstica e a mãe preta”.

As mulheres negras são enquadradas em uma dessas categorias acima citadas, pois ainda se encontram numa dessas situações e até hoje a forma como são vistas na sociedade brasileira é fruto da dominação do período escravista. Ainda de acordo Gonzales (1984 *apud* com Cardoso, 2014), em seu artigo sobre o pensamento de Lélia Gonzalez, a categoria doméstica atribuída às mulheres negras no período escravista e ao exercício de funções vinculadas à casa grande, relativamente à violência sexual doméstica, essa atribuição representava a escrava sexual independentemente da classe social e profissão como empregada doméstica. Já a mulher negra considerada mulata, ainda de acordo com a autora, é o resultado da mestiçagem de dois significados tradicionais, atualizado pela exploração econômica na qual se refere à mercadoria, isto é, produto da exportação trazida pelo colonizador. Nesse caso, mulata é crioula negra nascida no Brasil. Por último, a categoria mãe preta representava situações de violências e opressões frente à sociedade branca.

Deste modo, segundo dados divulgados pelo ministério do trabalho e pelo ministério da justiça na publicação *Brasil, gênero, raça*, Carneiro (2011, p. 128) “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem em total 79,4%. Destas, 51% estão designadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes”. Ou seja, pesquisas apontam que a maior parte das mulheres negras no mercado

ocupam um lugar denominado empregada doméstica. Conforme Marisa Ramos da Silva (2010, p. 20), “no séc. XX com o avanço do feminismo, as mulheres brancas entraram com força no mercado de trabalho formal e nas universidades, mas as negras continuaram em sua grande maioria relegada ao serviço doméstico”. A autora ainda afirma que a raça e o gênero são fatores que definem em sua grande parte a possibilidade de acesso ao emprego, assim como as condições de trabalho.

De acordo com Carneiro (2011, p. 128) “o trabalho doméstico ainda existe nessa sociedade racista e é proveniente dos longos anos desde período da escravidão. Esse lugar é destinado para ocupação prioritária das mulheres negras”. Diante disso, Carneiro compreende que:

Nesse contexto, além da condição de ser escravo, ser negro no Brasil constitui um empecilho para acesso às condições de cidadania digna e à ascensão social. Por outro lado, ser mulher e negra constitui mais um agravante. Portanto, de uma forma geral, o afrodescendente vive o dilema do racismo por carregar uma cor que lhe torna réu na sociedade. (CARNEIRO, 2011 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 209).

Desta forma, Lélia Gonzalez (1984) afirma que a condição que a mulher negra se encontra determinará a interpretação sobre dois fenômenos do racismo e do sexismo. Ainda para a mulher negra, o racismo se constituiu como um sintoma que pode manifestar medo, ou seja, preocupação de ir a diferentes lugares. Nesse sentido, o sexismo produz a violência contra mulher, em geral, e, em especial, à mulher negra.

Na mesma linha do pensamento, Carneiro (2011, p. 127-128), salienta que

a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos a saúde mental e rebaixamento da autoestima.

Carneiro (2011) também questiona a questão da oportunidade de acesso ao emprego e ao trabalho como sendo a condição primordial para reprodução da vida de um ser humano. Trata-se de uma necessidade da qual ele não pode ser excluído, porque, quando estamos a fazer a sua exclusão, significa que estamos violando o direito básico ao exercício pleno da cidadania.

Nessa ótica, ainda segundo Carneiro (2011), o programa de promoção de igualdade de oportunidade para todos, em 11 de abril de 2005, propõe refletir sobre ações civis dos quadros dos seus funcionários publicadas contra as instituições que não oportunizem igualdade de empregos levando a questão racial em consideração descobriram que são desiguais.

Diante do exposto, a autora comunga com a ideia dos autores acerca das desigualdades da oportunidade e do trabalho. Segundo Santos et al (2017, p. 09), “o Art. 23 diz que todo ser humano tem direito ao trabalho sem qualquer distinção, à livre escolha de emprego, tem direito a igual remuneração por igual trabalho, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Desta forma, de acordo com o artigo, percebe-se que existe a desigualdade no mercado de trabalho baseados na raça e gênero. Portanto, a desigualdade racial consiste no preconceito e no racismo com base nas percepções sociais em diferenças biológicas entre povos.

Os achados de Davis (2013) ressaltam que a mulher negra continua exercendo os mesmos papéis domésticos da época da escravatura, apesar admitir que existem diferenças nas práticas laborais que desempenha hoje. O que munda, segundo essa visão, é as condições do trabalho, porque antes as mulheres trabalhavam para os donos de escravos e agora passaram a trabalhar para o patrão que procura explorá-la devido à cor da pele.

Falar de desigualdade ou simplesmente do racismo é falar de algo histórico que ficou enraizado em nossas vidas de uma maneira devastadora, mas que parece ter se tornando algo naturalizado ou simplesmente preexistente. Por isso, as contribuições da Grace Kelly Silva Sobral Souza (2017) são de grande importância. Elas nos permitem entender que a desigualdade da representatividade da população negra surgiu através de um pensamento eurocêntrico que vem sendo motivo pela qual a pouca participação da inclusão da população negra nos lugares do poder. Desse modo, pode ser compreendida que em todas as sociedades ainda é notável a visão eurocêntrica estereotipada. Souza (2017, p. 28) realça que:

A sub-representação de autores negros e, em particular das mulheres negras na academia; consequência do racismo estrutural e institucional que limitam a inclusão da população negra nos espaços de poder e também do racismo epistêmico que silencia o conhecimento produzido em detrimento de um pensamento eurocêntrico.

As formulações de Sousa (2017) vão de encontro com Duarte et al. (2016, p. 4), ao apontar que “a mulher negra no Brasil, hoje, encontra-se em situação desfavorável em diversas áreas: educação superior, inclusão digital, mercado de trabalho, entre outros”.

Em conformidade com Nascimento (2008, p. 34-35), “em muitas das atividades de nível médio é exigido contato direto com público, o que dificulta o acesso das mulheres negras a essas ocupações (devido à exigência da “boa aparência”)”. Isso faz com que a presença das mesmas torna invisível quando se trata de profissionais do nível superior.

Entretanto, Figueiredo (2012) aponta que, dentre as dez atividades exercidas em que a presença dos negros é significativa, destacam-se os estabelecimentos e serviços de

alimentação. No entanto, existe uma diferença significativa nas atividades em termos dos ramos destacadas pelos negros e brancos, sendo assim, as empresas que prestam serviços a outras atividades de grande privilégio são representadas pelos brancos.

Já Cerqueira (2012) salienta que as melhorias que foram feitas no mercado de trabalho, no que tange a condição do trabalho mais digna, aumento de salário mínimo, diminuição das jornadas injustas, aumento do trabalho formal e os demais outras condições em relação à integração do negro no mercado de trabalho, ainda não fazem muitos efeitos porque até agora os negros ocupam cargos baixos, com baixa remuneração e jornadas de trabalho longas relativas ao tipo de trabalho que tiveram que exercer historicamente após abolição da escravidão.

Desta forma, compreende-se que ainda existem as desigualdades no mercado de trabalho, isto é, a participação dos negros no lugar de destaque do serviço ainda é invisível. Tendo em conta os resultados das pesquisas feitas sobre as desigualdades e da representatividade da população negra, visto que, nas grandes empresas, mercados, a participação dos negros principalmente das negras é pouco vista.

6.2 Dupla discriminação: racismo e gênero no mercado de trabalho

O mercado de trabalho é cercado por desigualdades, o que dificulta a condição de ingresso a um grupo de pessoas denominadas negras (principalmente as mulheres).

Ressalta-se ainda que as mulheres negras sofrem a consequência da dupla discriminação no mercado de trabalho assim como nessa sociedade, muito embora as discriminações do gênero aconteçam com todas as mulheres independentemente da cor de pele. Portanto, entende-se que, entres vários segmentos, as negras são as parcelas populacionais mais laboralmente precarizadas nessa sociedade, já que elas são vítimas do racismo e do machismo por serem mulheres e principalmente negras.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE) (DIEESE, 2005), a inserção da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro é evidentemente inferior, ainda que a sua força de trabalho seja mais exageradamente que da mulher não negra. Isso faz com que a presença da desigualdade racial se concentre na ausência da equidade entre os sexos, aprofundando as desigualdades e colocando a mulher negra na pior situação.

“Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e as mais

altas taxas de desemprego” (DIEESE, 2005, p. 2). Na mesma linha do raciocínio, de acordo com Mazzini et al. (2013, p. 55), no *Dossiê Mulheres Negras*, “as desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediados por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça”.

Diante do pressuposto, seria necessário compreender e analisar a palavra mulher, independentemente de ser negra ou branca, no que se refere à categoria *gênero*. Nesse caso, pode-se dizer que a sociedade que coloca essa diferenciação entre ser mulher, as negras são as mais prejudicadas além de sofrer discriminação pelo gênero também sofre a consequência do racismo. Santos (et al. 2017, p. 07), confirmam que:

As mulheres negras são a parcela mais pobre da sociedade brasileira. No mercado de trabalho elas possuem as condições de trabalho mais precárias, tem os menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego. Em grande maioria ocupam cargos inferiores, subalternos, desvalorizados, com baixos salários, devido a pouca qualificação profissional por falta de oportunidades, têm maior dificuldade de completar a escolarização, além de possuir chances ínfimas de chegar a cargos de direção e chefia que refletem a baixa qualidade de vida social.

A mulher negra no Brasil é sinônimo de discriminação. Isso tem suas origens na escravidão. Mas à medida em que os negros sofrem, aprendem a lutar pelos seus direitos e a lutar pelas políticas públicas que beneficiem a população negra. Os movimentos da resistência das mulheres negras lutaram para se entrar no mesmo patamar que mulheres brancas através das marchas, mas isso nem sempre ocorre e ainda é necessário discutir a questão da igualdade social na sociedade brasileira.

Diante disso, percebe-se que a raça e o gênero são os principais fatores da precariedade da população negra, em especial, a mulher negra no Brasil. Muitas vezes, são os aspetos que impedem sobretudo a oportunidade do ingresso no mercado de trabalho. Com isso, a visibilidade da inserção das mulheres negras se torna cada dia difícil de conseguir emprego. Assim sendo, em consoante com Moehlecke (2002, p. 198) salienta que:

A redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e permeado por diversas lacunas não resolvidas. Uma delas refere-se à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a influir na definição das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política.

Vale salientar que uma das maiores injustiças cometidas contra a população negra e indígena no Brasil se refere à situação do machismo e as desigualdades raciais. Para Werneck et al. (2006, p. 224-225), “as mulheres negras são duplamente discriminadas e

enfrentam grandes desafios: ser mulher negra representa um acúmulo de lutas e um conflito constante entre a negação e afirmação de nossas origens étnico-raciais”.

Diante disso, segundo Mazzini et al. (2013), para a compreensão da interseccionalidade das categorias de gênero e raça na constituição das desigualdades sociais brasileiras, a participação das mulheres negras brasileiras no mercado do trabalho é um aspecto muito importante. Nesse sentido, percebe-se que, para a melhor compreensão das desigualdades no mercado de trabalho, a mulher negra é um dos aspectos fundamental, pois nela se verifica a concentração da discriminação nessa sociedade.

Apesar de existir a ideologia do mito da democracia racial, a qual apaga a história da miscigenação do povo brasileiro, obscurece a realidade do racismo e invisibiliza a raça, todas essas questões são elementos que dificultam a eliminação das desigualdades. Contudo, há algumas críticas. Florestam Fernandes elucida que:

A ideia de que não existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão do mestiço no núcleo legal das "grandes famílias"- ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do "mulato". (FERNANDES, 2007, p. 43).

As ideias de Fernandes sobre a democracia racial foram importantes para a reflexão e compreensão de afirmação de Candé Monteiro (2013), que aponta que a discussão do papel, da luta do movimento negro e das suas ações na desconstrução do mito da democracia racial é baseada na desigualdade social e racial. Candé Monteiro (2013) ainda destaca que a resistência desses movimentos negros contemporâneos é constantemente a busca da inserção social dos homens negros e das mulheres negras para dar a visibilidade às suas ações.

Nesse caso, percebe-se que movimento negro não é algo novo. Sempre existiu a luta de resistência contra opressão, isto é, reivindicando, em virtude da falta das oportunidades, a falta de inclusão social, a falta de políticas públicas direcionadas à maior presença dos negros no mercado do trabalho e na educação. Nessa ótica de ideia, Ratts (2006, p. 9) alega que “é preciso, portanto, aprofundar as pesquisas sobre o tema e o debate sobre como enfrentar as desigualdades em nossa sociedade, inclusive as que atingem a grande maioria da população negra e parda”.

Conforme Theodoro (2008, p. 138), “nesse sentido, discutir políticas e instrumentos de combate à desigualdade racial implica em debater um conjunto variado de fenômenos que estão na base desse processo”.

Diante desse desafio da desconstrução dos estereótipos raciais e, conjuntamente, enfrentar o mito da democracia racial, historicamente produzidos e empregados na cultura brasileira é problematizar as práticas monoculturas nos processos sócios e educacionais relativos às relações étnico-raciais procurando esclarecer o racismo e as práticas discriminatórias existentes.

É necessário desconstruir essas práticas discriminatórias que impregna nessa sociedade. Por isso, os desafios que temos de enfrentar é promover a igualdade em perspectiva crítica e emancipatória em respeito dos direitos humanos relativamente à igualdade e a diferença. Segundo o Dieese (1999, p. 7), no Mapa do Negro no Mercado de Trabalho no Brasil,

[o] mercado de trabalho brasileiro expressa, entre outros aspectos, o resultado do processo histórico que conformou esta sociedade. Nele persistem situações discriminatórias sobre segmentos específicos da população, dentre os quais os negros têm lugar destacado, apesar das transformações ocorridas em direção a uma maior democratização social.

Por isso, é falso afirmar que o Brasil não é um país racista, nem é necessário pontar dados para concluir que o racismo é bem presente na sociedade brasileira, basta ver a situação dos negros no mercado do trabalho, na educação, não só assim como nos outros lugares, a partir disso pode-se perceber que o racismo é bem estruturado nessa sociedade.

É de suma importância refletir sobre a realidade das mulheres negras perante as desigualdades sociais, raciais, e do gênero que afetam sobre elas nas relações no mercado de trabalho. De acordo com, Santos. Et. al. (2017), a mulher negra e o trabalho são cercados por fatores econômicos, políticos, culturais e sociais, que conduzem na posição social e profissional das mesmas, onde temos como o principal espaço privilegiado o mercado de trabalho, que nele conseguimos perceber as desigualdades produzidas nessa sociedade.

Na mesma ótica de ideia segundo (Mazzini et al., 2013), a participação das mulheres negras no mercado do trabalho é um aspecto extremamente importante para pensar o gênero e raça na constituição das desigualdades sociais brasileiras. Cerqueira (2012, p. 8), afirma que:

Segundo pesquisa publicada pelo Datafolha (2008) no jornal Folha de São Paulo¹, é no mercado de trabalho que o racismo é mais sentido pelos negros: em 2008, 55% dos autodeclarados negros dizia que o principal problema enfrentado pela população negra era a discriminação no mercado de trabalho.

Continuando com o raciocínio de Cerqueira (2012, p. 9) ressalta-se que “apesar das transformações sociais e econômicas do Brasil que melhoraram muito as condições do mercado de trabalho na década de 2000, a população negra não foi devidamente integrada

nessas melhorias”. Isso implica que com essas transformações sociais ainda essas populações sujeitas continuam ocupando uma posição marginal no mercado de trabalho.

Ainda Cerqueira (2012, p. 9) alega que, “essa marginalização não é baseada em regras formais, trata-se de um acordo tácito, um dado cultural que foi internalizado por todos ao longo de séculos”. Compreende-se com o pensamento do autor que o lugar que ainda são vistas as mulheres negras nessa sociedade é historicamente produzido desde época da escravatura até data presente ainda existe.

6.3 As trajetórias de vida das mulheres negras no mercado de trabalho

É necessário discutir as trajetórias das mulheres negras para saber quais são os percursos do seu cotidiano, e as dificuldades por elas enfrentadas no local do serviço e fora do ambiente de trabalho.

Para isso, as contribuições de Soraia Veloso Cintra e Wiliany Soares Eva (s/d, p. 2) são de extrema importância e apontam que “estudar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres diante da sociedade é conhecer um pouco do dia-a-dia de centenas de mulheres que estão expostas ao racismo e ao preconceito, pelo simples fato de ser mulher, ainda mais sendo negra”. Ressaltam ainda que conhecer os percursos das mulheres negras trabalhadoras, todas as suas dificuldades e saber o que elas enfrentam, pode-se perceber que elas sofrem muito mais que os outros, seja no momento da procura do emprego, ou ao disputar a uma vaga no mercado do trabalho. Isso porque, percebe-se que as mesmas sofrem a partir do início da distribuição do currículo no pretense local de trabalho e são vistas com olhares diferentes em diversas situações nas quais o racismo se faz presente.

Hoje em dia o mercado do trabalho é cercado por dois motivos entre os quais pode-se encontrar raça e gênero como fatores que dificultam o acesso ao emprego para as negras. Por isso, é necessário desconstruir e construir um novo mercado, isto é, onde a raça e as desigualdades não vão ter grande importância para o ingresso da população negra no mercado. Deste modo, Pinto (2006, p. 11) afirma que:

Vemos que em todas as regiões do país, as mulheres negras apresentam as maiores taxas de desemprego; seus rendimentos são sistematicamente inferiores que o rendimento dos não-negros, quaisquer que sejam as situações ou os atributos considerados para tal análise. Além disso, existem diversos fatores que os desfavorecem como: a entrada precoce no mercado de trabalho, maior inserção da população negra nos setores menos dinâmicos da economia (subempregos), elevada participação em postos de trabalho precários e em atividades não qualificadas.

Assim sendo compreende-se que em qualquer lugar que a mulher negra se encontra inserida seja qual for é tratada de igual forma, as dificuldades sempre mesmas. Segundo Werneck, et al. (2006, p. 224), “os problemas observados na trajetória das mulheres negras como profissionais de saúde, certamente não são tão diferentes dos que elas enfrentam trabalhando em outras áreas”. Além disso, afirmaram que as pressões que essas mulheres sofrem no dia a dia são motivadas pelos preconceitos com os quais são obrigadas a conviver, não só no ambiente do trabalho como na sociedade em geral. Portanto, não importa necessariamente em que fragmento social ela esteja inserida, as dificuldades são as mesmas que elas precisam enfrentar.

Verifica-se no seu cotidiano que, além do preconceito racial comum a todos os negros, elas também são vítimas do machismo apresentado contra mulheres de todas as raças. É de conhecimento de muitos que, em qualquer profissão, são verificadas práticas preconceituosas contra mulheres negra, até naquelas de menor prestígio (WERNECK et al., 2006). As autoras afirmam, por exemplo, que “na competição pelo mercado de trabalho a mulher negra tem menores possibilidades. Encontra dificuldades até em ocupar empregos domésticos onde sua presença é majoritária” (WERNECK et al., 2006, p. 224). Diante disso, percebe-se que entre as mulheres negras que estão inseridas no mercado do trabalho a maioria desempenham funções baixas.

Desta forma, segundo Candé Monteiro (2013), as mulheres negras que almejam os cargos de privilégio gastam uma força muito maior que outros grupos sociais, o que pode às vezes lhes motivar a abandonar a maternidade para enfrentar o cotidiano do seu trabalho. Isso acontece porque o mercado lhes exige maior esforço para a conquista do ideal pretendido que é o emprego, tudo isso devido o preconceito e discriminações que passam.

Também é importante compreender as relações das mulheres negras com os demais companheiros dos serviços no que se tange à discriminação dissimulada no ambiente do trabalho. Segundo Cerqueira (2012, p. 8), “as dissimulações influem fortemente no quadro de inter-relações existentes no campo profissional”. Dessa maneira, pode-se perceber que no local de serviço existem falsidades entre os profissionais inseridos e isso se implica na relação de sociabilidade no ambiente do trabalho.

7 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como método de coleta de dados a etnografia associada a entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Creswel (2010, p. 206),

Os métodos qualitativos mostram uma abordagem deferente da investigação acadêmica do que aquela dos métodos quantitativa. A investigação qualitativa emprega deferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretações dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto imagem, tem passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação.

Para melhor compreender as trajetórias de vida dessas mulheres-interlocutoras e suas sociabilidades dentro da UNILAB-CE, escolhemos como procedimento da investigação a pesquisa etnográfica. Para os autores Marconi e Lakatos (2010, p. 94), “consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre a sociedade em geral e na descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos”.

Também para o presente trabalho será feita uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de obter e alcançar o maior número de informações das obras já publicadas de diferentes autores que abordaram sobre nossa temática, que é a inserção da mulher negra no mercado de trabalho como bases para fundamental neste trabalho. Como base nas teses, livros, artigos científicos, monografias, dissertações, revistas e demais fontes. Dessa maneira, de acordo com Medeiros (2011, p. 39),

A pesquisa Bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquele que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse.

Na mesma linha do raciocínio, para Gil (2010) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”.

Diante do exposto, a nossa investigação seguirá este caminho para não fugir daquilo que é a lógica do trabalho científico. Utilizaremos como instrumento metodológico a entrevista de característica semiestruturada por acharmos interessante para a pesquisa como forma de coleta de dados para encontramos possíveis e determinadas respostas para a investigação com as mulheres negras, trabalhadoras inseridas na UNILAB-CE, através da realização de entrevistas.

Será estabelecido um diálogo entre os dados que serão coletados durante as entrevistas com algumas produções científicas sobre o assunto como forma de compreender o fenômeno a ser investigado. A entrevista semiestruturada, perguntas abertas, feitas oralmente em ordem prévia, mas na qual o entrevistador pode acrescentar questões de esclarecimento ou instigar as respostas do entrevistado (SILVA e SENA, 2014, p. 159).

Tendo em conta a natureza do nosso trabalho a pesquisa vai ser conduzida de acordo com os métodos acima referidos para não fugir da aquilo que será investigado. Portanto, para isso, a pesquisa vai seguir essa forma para melhor compreensão do objetivo a ser pesquisado.

8 REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social Do Racismo – Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento No Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **África e Brasil: diálogos possíveis estetização e mitificação de África nas estratégias indenitárias e inserção política do movimento negro**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2013.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERQUEIRA, Vitória Lemos de. **A inserção do negro no mercado de trabalho brasileiro na década passada**. Campinas, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/28671864-A-insercao-do-negro-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-na-decada-passada.html>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CINTRA, Soraia Veloso; EVA, Soares Wiliany. **A inserção da mulher no mercado do trabalho: uma reflexão sobre raça e gênero**. s/d. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ca/ca0d78d1-2dad-49e2-8f5f-81e097144adc.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2018.

DIEESE. Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômica. **A Mulher negra no mercado do trabalho Metropolitano: Inserção marcada pela dupla discriminação**. Ano II, n. 14, nov. 2005. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômica. Relatório de pesquisa ao INSPIR. **Mapa do Negro no Mercado de Trabalho no Brasil:** Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e no Distrito Federal. jun. 1999. São Paulo: Cortez, 2007.

DUARTE, Camila; DIAS, Edemir Braga. Problemática Racial de Gênero: A Mulher Negra no Brasil, 2016. Disponível em: <<http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2016/11/PROBLEMA%20RACIAL-E-DE%20G%20ANERO-A-MULHER-NEGRA-NO-BRASIL-2.pdf>> Acesso em: 30 de jul. 2018.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** 2ªed. São Paulo: Global, 2007.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe média negra:** trajetórias e perfis. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19350/1/Classe%20Media%20Negra_RI.pdf> Acesso em: 24 jul. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984, pp. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 16 de jul. 2018.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZINI, Mariana Marcondes et al. (orgs.) **Dossiê Mulheres Negras** - Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/LivroDossi%20AA_mulheres_negrasretrato_das_condi%20de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MENDEIROS, João Bosco. **A prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MIRANDA, Débora Brasil. **Tecendo o futuro:** vivências de mulheres negras numa perspectiva intergeracional e familiar. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19392/1/2015_DeboraBrasilMiranda.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa:** História e Debates no Brasil. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de natureza:** Mulher negra religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. A Mulher no Mercado de Trabalho: No Brasil, mulheres são discriminadas, ganham menos e perdem emprego mais facilmente. **Em revista.** Ano 2, nº 5,

mar. 2004. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/08-01-2004_03-er05-a_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho**: uma análise dos indicadores Sociais. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG, set. 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1486/1451>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa oficial, 2006. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SANTOS, Maria Santana dos et al. **Desigualdades de gênero: a mulher negra no mercado de trabalho**. Trabalho apresentado na VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Ago. 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/desigualdadesdegeneroamulherngranomercadodetrabalho.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SILVA, Jose Maria Da.; SENA, Emerson. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**: Normas e técnicas. 8ªed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Marisa Ramos Da. **Vulnerabilidade e Invisibilidade**: Um olhar sobre as Mulheres Negras no Município de Matinhos/Paraná. Monografia (Graduação). Serviço Social. Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35284/Mariza%20Ramos%20da%20Silva.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. **Mulheres Negras e Relações de Gênero**: Narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes de Bloco Afro Akomabu do Centro de Cultura negra do Maranhão, 2017. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1737/2/GraceSouza.pdf>> Acesso em: 24 de jul. 2018.

THEODORO, Mario (org.). **As políticas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

WERNECK, J. et al. **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. 2ªed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.